PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gabinete da Presidência

DECISÃO-GP - 73302025
Código de validação: D22B999718
(relativo ao Processo 389642025)

Requerente: Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar

Assunto: Contratação de Instrutoria. Autorização Extemporânea.

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo em que a Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar solicita a contratação de Sandro de Jesus Avelar Silva e Gracileth dos Santos Pedrosa, para prestação de serviços educacionais de instrutoria interna, com vistas à ministração do curso “Defesa Pessoal para Magistrados e Servidores”, no âmbito do “Programa Encontros Regionais – Justiça de Conexão e Cidadania: Valorizando Pessoas”, com carga horária total de 16 horas-aula, sendo 8 (oito) horas-aula destinadas a cada instrutor, realizadas em 27 de junho do corrente ano, , no Polo Judicial de Santa Inês/MA.

Por meio do DESPACHO-CFE – 3182025, a Coordenadoria Financeira da ESMAM informou, com base no número de horas-aula ministradas e considerando as qualificações profissionais dos instrutores, que o montante devido é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), acrescidos da cota patronal no percentual de 20% (vinte por cento) no valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), para ambos os instrutores, a serem custeados com recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ.

Ato contínuo, a Coordenadoria de Planejamento e Programação Orçamentária atestou a disponibilidade orçamentária para o suprimento das despesas (DESPACHO-CO - 25992025).

A Assessoria Jurídica da Presidência manifestou-se no sentido de que estão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gabinete da Presidência

devidamente preenchidos os requisitos que autorizam as contratações diretas pleiteadas, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, conforme consignado no PARECER-AJP - 18962025.

É o relatório.

Decido.

Ante o exposto, e considerando a instrução processual constante dos autos, bem como a relevância do curso objeto deste expediente, voltado ao fortalecimento da segurança institucional, por meio da capacitação em defesa pessoal, com especial atenção à proteção de magistrados e servidores deste Tribunal de Justiça, alinhados às metas do planejamento estratégico, especialmente em razão da realização mensal dos encontros nas comarcas do interior do Estado, acolho o PARECER-AJP - 18962025, por seus próprios fundamentos, e autorizo, de forma extemporânea, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de Sandro de Jesus Avelar Silva e Gracileth dos Santos Pedrosa, nos moldes requeridos.

À Coordenadoria de Programação e Execução Financeira, para emissão dos empenhos.

Na sequência, ao setor requerente para conhecimento e providências de estilo.

Desembargador JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 140558

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 23/07/2025 18:58 (JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO)